Consórcio Nacional SHARP

SHARP ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS S/C LTDA.

CNPJ nº 44.388.429/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Quotistas:
Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999.

São Paulo, 21 de janeiro de 2000.
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998
(Em milhares de reais)

A T I V O

	1999	1998
CIRCULANTE	1.920	16.022
Disponibilidades	655	3.061
Títulos e valores mobiliários	548	9.537
Impostos a recuperar	499	3.399
Outros créditos	218	25
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.755	6.044
Depósitos judiciais	566	479
Impostos a recuperar	7.239	5.565
Imóveis destinados à venda	4.950	-
PERMANENTE	791	1.586
Imobilizado	399	546
Diferido	392	1.040
TOTAL DO ATIVO	15.466	23.652

P A S S I V O

	1999	1998
CIRCULANTE	12.653	13.691
Fundo de reserva a liquidar	11.238	9.016
Fiscais e previdenciárias	357	486
Contas a pagar	1.058	4.189
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	524	524
Provisão para contingências	524	524
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.289	9.437
Capital social	5.150	5.150
Reserva de lucro	-	272
Lucros (prejuízos) acumulados	(2.861)	4.015
TOTAL DO PASSIVO	15.466	23.652

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999
(Em milhares de reais)

	1999 2º Sem.	1999 Exercício	1998 Exercício
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Prestação de serviços	844	1.613	6.598
Impostos incidentes	(65)	(133)	(505)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	779	1.480	6.093
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(3.464)	(8.386)	(9.224)
Depreciações e amortizações	(430)	(880)	(986)
Financeiras, líquidas	486	1.013	5.933
	(3.408)	(8.253)	(4.277)
RESULTADO OPERACIONAL	(2.629)	(6.773)	1.816
Resultado não operacional	(151)	(375)	(949)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(2.780)	(7.148)	867
Provisão para imposto de renda	-	-	(755)
Reversão de contribuição social	-	-	1.894
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2.780)	(7.148)	2.006

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
EXERCÍCIO				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997	5.150	172	2.109	7.431
Transferência	-	100	(100)	-
Lucro do exercício	-	-	2.006	2.006
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998	5.150	272	4.015	9.437
Transferência	-	(272)	272	-
Prejuízo do exercício	-	-	(7.148)	(7.148)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	5.150	-	(2.861)	2.289
SEMESTRE				
EM 30 DE JUNHO DE 1999	5.150	-	(81)	5.069
Prejuízo do semestre	-	-	(2.780)	(2.780)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999	5.150	-	(2.861)	2.289

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999
(Em milhares de reais)

	1999 2º Sem.	1999 Exercício	1998 Exercício
ORIGEM DOS RECURSOS			
Das operações (vide abaixo)	-	-	4.202
Diminuição dos subgrupos do ativo			
Títulos e valores mobiliários	-	8.989	-
Impostos a recuperar	3.517	2.900	-
Outros créditos	-	-	5.184
	3.517	11.889	5.184
Aumento dos subgrupos do passivo			
Fundo de reserva a liquidar	716	2.222	2.514
Fiscais e previdenciárias	-	-	167
Exigível a longo prazo	-	-	150
	716	2.222	2.831
Total das Origens	4.233	14.111	12.217
APLICAÇÕES DOS RECURSOS			
Das operações (vide abaixo)	2.350	6.268	-
Aumento dos subgrupos do ativo			
Títulos e valores mobiliários	548	-	75
Impostos a recuperar	-	-	2.923
Outros créditos	80	193	-
Realizável a longo prazo	1.487	6.711	5.336
	2.115	6.904	8.334
Adições ao ativo permanente	85	85	3
Diminuição dos subgrupos do passivo			
Fiscais e previdenciárias	151	129	-
Contas a pagar	2.357	3.131	1.039
	2.508	3.260	1.039
Total das Aplicações	7.058	16.517	9.376
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(2.825)	(2.406)	2.841
MODIFICAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA			
Disponibilidades			
No início do período	3.480	3.061	220
No fim do período	655	655	3.061
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(2.825)	(2.406)	2.841
RECURSOS ORIGINADOS DAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES:			
Lucro (Prejuízo) do período	(2.780)	(7.148)	2.006
Ajustes ao lucro (prejuízo) do período:			
Depreciação e amortização	430	880	986
Valor residual de imobilizado baixado	-	-	1.210
	(2.350)	(6.268)	4.202

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998
(Em milhares de reais)

A T I V O

	1999	1998
CIRCULANTE	4.374	8.103
Disponibilidades	439	38
Títulos e valores mobiliários	2.970	6.035
Contribuições a receber em atraso	965	2.030
COMPENSAÇÃO	41.444	18.726
Provisão mensal de recursos a receber de consorciados	2.721	2.898
Contribuições devidas ao grupo	18.923	9.938
Consorciados - bens a contemplar	18.171	4.047
Contemplações pendentes de entregas	1.578	1.751
Bens a entregar a consorciados - 24.417 (31/12/98 - 8.919) unidades	24	9
Bens entregues a consorciados - 12.944 (31/12/98 - 71.385) unidades	13	71
Assembléias a realizar - 14.213 (31/12/98 - 12.050) unidades	14	12
TOTAL DO ATIVO	45.818	26.829

P A S S I V O

	1999	1998
CIRCULANTE	1.159	2.738
Recursos a devolver a consorciados desistentes	1.159	2.738
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.215	5.365
Recursos coletados	13.052	59.343
Recursos utilizados	(10.802)	(56.008)
Outros	965	2.030
COMPENSAÇÃO	41.444	18.726
Recursos mensais a receber de consorciados	2.721	2.898
Obrigações do grupo por contribuições	18.923	9.938
Obrigações por futuras contemplações	18.171	4.047
Créditos à disposição de consorciados	1.578	1.751
Obrigações por entrega de bens - 24.417 (31/12/98 - 8.919) unidades	24	9
Entrega de bens a consorciados - 12.944 (31/12/98 - 71.385) unidades	13	71
Assembléias a realizar - 14.213 (31/12/98 - 12.050) unidades	14	12
TOTAL DO PASSIVO	45.818	26.829

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999
(Em milhares de reais)

	1999 2º Sem.	1999 Exercício	1998 Exercício
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO			
Depósitos bancários	18	38	141
Títulos e valores mobiliários	3.846	6.035	11.276
	3.864	6.073	11.417
RECURSOS COLETADOS			
Contribuição para aquisição de bens	5.902	17.328	61.088
Taxa de administração	845	1.614	6.609
Contribuições do fundo de reserva	37	145	1.101
Rendimentos financeiros	432	901	1.608
Multas e juros moratórios	14	54	199
Prêmios de seguros	95	196	886
	7.325	20.238	71.491
RECURSOS UTILIZADOS			
Aquisição de bens	3.118	14.164	64.058
Taxa de administração	852	1.613	6.728
Multas e juros moratórios	5	21	76
Prêmios de seguros	97	205	867
Encerramentos de grupo	3.708	6.899	5.106
	7.780	22.902	76.835
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO			
Depósitos bancários	439	439	38
Títulos e valores mobiliários	2.970	2.970	6.035
	3.409	3.409	6.073

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade foi constituída em 20 de agosto de 1980 e opera sob autorização do Banco Central do Brasil - BACEN. As operações consistem na administração de grupos de consórcio, formados para reunir recursos para aquisição de equipamentos eletro-eletrônicos e eletrodomésticos; quando há excedente dos recursos recebidos, ele é aplicado no mercado financeiro em nome dos grupos.

A partir do segundo semestre de 1999, a Administração da Sociedade vem implementando um conjunto de ações de ordem operacional objetivando a retomada da rentabilidade nos negócios, incluindo:
- redução de custos relacionados, principalmente, com comunicação (postais, malotes e impressos);
- melhor aproveitamento da força de vendas por meio de reestruturação de pessoal;
- implantação do sistema de administração de Consórcios denominado "SIACON 2.000", que objetiva a redução de custos com informática em até 35% e a otimização dos recursos da área de Atendimento ao Cliente.

É entendimento da Administração que a implementação destas medidas resultarão na retomada da lucratividade da Sociedade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são preparadas de acordo com as normas emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, adaptadas aos dispositivos do BACEN e substancialmente apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são:

I - Da Administradora

(a) Apuração do Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência. A taxa de administração, devida pelos participantes dos consórcios, é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas e a taxa de adesão por ocasião da primeira assembléia dos grupos de consórcio.

(b) Títulos e Valores Mobiliários - Contabilizados ao custo ou mercado, dos dois o menor, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(c) Imobilizado - Registrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens (vide nota 5).

(d) Diferido - Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da amortização acumulada calculada linearmente, em conformidade com as taxas descritas na Nota 6.

(e) Fundo de Reserva a Liquidar - Contabilizado pelos valores a serem restituídos aos consorciados nas datas de encerramento dos balanços.

(f) Imposto de Renda - Calculado de acordo com a legislação vigente na data do balanço, sendo a taxa nominal de imposto de renda de 25% sobre o lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas em lei. A Sociedade não constitui créditos a recuperar sobre prejuízos fiscais ou provisões temporariamente indedutíveis.

(g) Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo - os saldos estão classificados no circulante em razão da expectativa de realização ou desembolso no período inferior a um ano e incluem as atualizações monetárias com base na legislação ou cláusula contratual.

II - Dos Grupos de Consórcios

(a) Disponibilidade e Títulos e Valores Mobiliários - Representam o montante dos recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do BACEN, conforme determina a Circular BACEN nº 2.454/94. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, por ocasião das assembléias mensais, não incidindo sobre os mesmos a taxa de administração.

(b) Recursos Coletados - Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos ativos, acrescidos dos rendimentos vinculados.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebida dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos.

As contribuições do Fundo de Reserva destinam-se, principalmente, a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, pelo não recebimento de prestações. O referido fundo é constituído na base média de 5% sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras destes recursos.

(c) Recursos Utilizados - Representam os pagamentos realizados pela Sociedade por conta dos grupos desde suas constituições, inclusive a taxa de administração, decorrentes dos diversos compromissos dos grupos, que são debitados nas subcontas específicas e têm como contrapartida as subcontas do grupo Recursos a Utilizar.

Em 31 de dezembro de 1999, a taxa média de administração era de 22,42% (16,14% em 31 de dezembro de 1998) sobre a contribuição mensal para aquisição do bem.

(d) Contas de Compensação - Representam os valores previstos de arrecadação no mês seguinte e as contribuições e obrigações a serem registradas até o encerramento dos grupos.

(e) Informações Suplementares - Os principais dados estatísticos são:

	1999	1998
Grupos administrados	1.422	2.747
Consorciados ativos	37.371	80.304
Bens entregues a consorciados	12.944	71.385
Pendências de entrega	526	922
Taxa de inadimplência	9,24%	8,94%
Consorciados desistentes	18.693	52.930

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 1999, o saldo é composto por aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, junto ao Banco Cacique.

4. IMÓVEIS DESTINADOS À VENDA

Em março de 1999, a Sociedade adquiriu imóvel da controladora Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos por valor contábil que não difere significativamente de avaliação procedida por peritos. Este imóvel está classificado no realizável a longo prazo por se destinar à venda.

5. IMOBILIZADO LÍQUIDO

	Taxa anual de depreciação %	1999	1998
Instalações	10	58	82
Móveis e utensílios	10	186	268
Equipamentos de computação	20	23	59
Veículos	20	10	15
Direitos de uso de linhas telefônicas	-	122	122
		399	546

6. DIFERIDO LÍQUIDO

	Taxa anual de amortização %	1999	1998
Sistemas aplicativos	20	111	83
Implantação de rede de comunicação	20	281	957
		392	1.040

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade está sujeita a contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas, ajustando a respectiva provisão.

Quando aplicável, são efetuados depósitos judiciais para garantir causas em disputa. Tais depósitos, totalizando R$ 566 em 31 de dezembro de 1999 (R$ 479 em 31 de dezembro de 1998) são classificados no realizável a longo prazo.

8. FUNDO DE RESERVA A LIQUIDAR

Representa o direito dos consorciados de grupos encerrados até a data do balanço, remunerado nas mesmas bases das disponibilidades de Grupos.

A partir dos grupos encerrados em 28 de julho de 1998, de acordo com a Circular nº 2.766, do Banco Central do Brasil, a Administradora cobra taxa de permanência sobre o saldo a restituir aos consorciados que não resgatam os valores a receber após 90 dias do comunicado aos mesmos.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Com base nos processos promovidos pela Sociedade, com decisões judiciais transitadas em julgado favoráveis aos seus pleitos, na opinião dos consultores jurídicos (externos e internos), e na jurisprudência dominante nos tribunais, a Administração reconheceu, em 1999, créditos tributários referentes ao seguro de acidente do trabalho - SAT no valor de R$ 1.386 (em 1998, contribuição social - R$ 3.239 e salário educação - R$ 5.565), por entender serem ativos recuperáveis.

O saldo destes créditos tributários em 31 de dezembro de 1999, é de R$ 5.901 (salário educação) e R$ 1.338 (seguro acidente do trabalho - SAT), classificados no ativo realizável a longo prazo. Com relação ao crédito tributário de contribuição social, a Sociedade concretizou a venda por meio de cessão de crédito de tributo federal, de acordo com a legislação aplicável, em 09 e 20 de agosto de 1999 pelo valor de R$ 1.936 e R$ 1.324, respectivamente, sendo o resultado líquido da venda classificado como resultado não operacional.

10. CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por 5.150.000 quotas, de valor unitário de R$ 1,00. A distribuição dos lucros é efetuada por decisão expressa dos quotistas, na proporção de suas quotas.

DIRETORIA

LUIS ROBERTO POGETTI
Diretor Superintendente

TADEU SALUSTIANO DE SENA
Diretor de Controle

CONTADOR

MARCOS ANTONIO DA SILVA VIEIRA
TC-CRC 1SP130353/O-8 / CPF 809.574.128-00

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Consorciados da Sharp Administração de Consórcios S/C Ltda.:

(1) Examinamos os balanços patrimoniais da SHARP ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS S/C LTDA., em 31 de dezembro de 1999 e 1998, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas e semestre findo em 31 de dezembro de 1999, bem como as correspondentes demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 1999 e 1998, e das variações nas disponibilidades de grupos para os exercícios findos naquelas datas e semestre findo em 31 de dezembro de 1999, elaborados sob a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sharp Administração de Consórcios S/C Ltda. em 31 de dezembro de 1999 e 1998, e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos para os exercícios findos naquelas datas e semestre findo em 31 de dezembro de 1999, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 1999 e 1998, e as variações das disponibilidades de grupos para os exercícios findos naquelas datas e semestre findo em 31 de dezembro de 1999, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

(4) A Sociedade teve redução substancial nas suas operações no período findo em 31 de dezembro de 1999, apresentando prejuízo significativo em relação ao seu patrimônio líquido e, conforme descrito na nota (1), a Administração da Sociedade vem implementando medidas visando a retomada da lucratividade. A continuidade operacional e a realização dos impostos a recuperar descritos na nota (9) está condicionada ao sucesso das operações futuras.

São Paulo, 21 de janeiro de 2000.

ARTHUR ANDERSEN S/ C - CRC 2SP000123/O-1
José Vitorio Melhados Trabulsi
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC 1SP073459/O-2

ARTHUR ANDERSEN